

# NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 29/Out



cntv@terra.com.br | (61) 3224-1658 | www.cntv.org.br | Edição 3283 - Ano 2024



## CEF SE COMPROMETE EM REUNIÃO COM CNTV QUE NÃO DEMITIRÁ E QUEM FOI DEMITIDO, SERÁ RECONTRATADO



CNTV se reuniu com a direção da Caixa Econômica Federal – CEF, em audiência solicitada pela Deputada Federal Erika Kokay

Na última segunda-feira, dia 21 de outubro, a Confederação Nacional dos Vigilantes – CNTV se reuniu com a direção da Caixa Econômica Federal – CEF, em audiência solicitada pela Deputada Federal Erika Kokay, que atendendo ao nosso pedido, encaminhou nossas preocupações quanto ao fechamento de 128 agências bancárias.

A reunião foi marcada porque, por coincidência, após a audiência pública que tivemos na Comissão de Trabalho, onde a CEF se comprometeu a não demitir nenhum funcionário destas agências, a deputada federal Erika Kokay, em visita ao Sinttel –



Sindicato das Telefonistas do Distrito Federal, se deparou com a chegada de 4 pedidos de homologação de rescisão de contrato de trabalho, descumprindo compromisso público assumido com os trabalhadores.

Na mesma hora, a deputada federal, entrou em contato com a CEF e todas entidades de trabalhadores para informar do ocorrido e para que todos cobrassem o cumprimento do acordado.

Desta forma, estivemos presentes, junto com Erika Kokay e outras entidades de trabalhadores terceirizados na Caixa, para que além de suspender estas demissões, esta assumisse novamente o compromisso de não demissão e ainda de recontração dos vigilantes demitidos.

Entre o lapso de marcar a reunião e o encontro, a situação de todos os vigilantes do Distrito Federal já havia sido resolvida e os vigilantes recontraçados.

A reunião foi muito importante porque lá, a Caixa nos informou que nenhum vigilante será demitido e os que foram serão recontraçados,

independentemente do Estado da Federação, e de que alterações importantes que serão feitas nas próximas licitações, que vão desde questões de armamento, colete a provas de balas, passando por questões importantes de inclusão social e de gênero. Nos informaram também que a CEF pretende seguir o deliberado no Decreto do Governo Lula no que tange a questão dos terceirizados quanto a recesso, proteção ao assédio moral e sexual, dentre outras questões.

Se cumprido tudo o que a direção da Caixa prometeu para as entidades presentes e para a deputada federal Erika Kokay, que também é funcionária da CEF, isso representará um avanço muito grande e fará com que muitas empresas, especialmente as públicas, sejam direcionadas para trilhar o mesmo caminho, o que será muito bom para os trabalhadores.

Novas reuniões já ficaram agendadas e com certeza, teremos muitos avanços pela frente.

Fonte: CNTV

## RIO GRANDE DO NORTE

# SindForte/RN debate a importância da entidade sindical na vida dos trabalhadores



Na última sexta-feira, 25, uma comitiva do SindForte/RN, composta pelo presidente Antônio Fernandes, o secretário-geral Rômulo Pessoa e o diretor Enéas Felinto, esteve em Mossoró para um encontro com os vigilantes da cidade, local de grande importância histórica nas lutas pela liberdade e justiça social, como a libertação dos escravos antes da Lei Áurea, o primeiro voto feminino e a resistência a Lampião.

Os trabalhadores de Mossoró têm, assim, um histórico de defesa da liberdade e de resistência à opressão. O encontro, realizado na empresa Honra Segurança, que atua na escolta armada, teve o objetivo de compartilhar a história do sindicalismo e reforçar a importância da filiação sindical para os vigilantes. O SindForte/RN destacou que o sindicato é um importante meio de proteção para o trabalhador, fornecendo ferramentas contra tentativas de precarização do trabalho e redução de direitos promovidas pelos empregadores.

“É sempre bom estar com os companheiros de Mossoró. O encontro foi como esperávamos: bastante produtivo, com a participação efetiva de todos”, afirmou Antônio Fernandes, presidente do SindForte/RN.

O secretário-geral, Rômulo Pessoa, e o diretor Enéas Felinto também avaliaram a reunião como extremamente positiva.

Fonte: SindForte/RN

# Vigilantes do Piauí fazem assembleia de discutir CCT/2025



## Assembleia aprova a Comissão de Negociação para o pleito 2025

Na terça (22), realizamos uma Assembleia Geral Extraordinária na sede do Sindicato dos Vigilantes, voltada aos membros das categorias de trabalhadores empregados de empresas de Segurança, Vigilância, Serviços Orgânicos de Segurança e Segurança Eletrônica do Estado do Piauí, onde foi discutida a minuta da CCT 2025.

Durante a Assembleia foi aprovada a Comissão de Negociação, que estará a frente do diálogo com o sindicato patronal.

Com a participação ativa de todos os presentes, a proposta da CCT 2025 foi lida, discutida com os Vigilantes, e aprovada por

unanimidade. Agora, ela será levada à mesa de negociação com o setor patronal.

Fica convocada a Assembleia Geral, em caráter permanente, até a celebração da CCT ou ajuizar Dissídio Coletivo, bem como deliberação de greve, caso seja necessária.

Seguimos firmes na luta por melhores condições para a nossa categoria.

Maiores informações entre em contato com o Sindvigilantes/PI. Venha ao Sindicato.

**Não Fique Só! Seja Sócio! A Luta se faz juntos!**

Fonte: Sindvigilantes/PI

# Comissão aprova selo para prestigiar empresa que incentiva funcionário a estudar

## Proposta segue para análise do Senado



Alfredo Gaspar, relator do projeto na CCJ

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que cria o Selo Empresa Incentivadora da Educação do Trabalhador. O objetivo é destacar empresas que incentivam a educação continuada de seus funcionários por meio de políticas internas permanentes. As companhias que figurarem no cadastro poderão utilizar o selo em peças publicitárias.

De acordo com o texto, o governo federal ficará responsável por atualizar, a cada dois anos, e manter o cadastro nacional das empresas incentivadoras da educação do trabalhador.

A inscrição no cadastro será voluntária, mas a inclusão da empresa ficará condicionada ao cumprimento de exigências de regulamento a ser editado pelo Poder Executivo.

Conforme parecer do relator, deputado Alfredo Gaspar (União-AL), o texto aprovado foi o substitutivo adotado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços ao Projeto de Lei 6496/16, do deputado Damião Feliciano (União-PB).

O novo texto estabelece que a manutenção do selo se dará, na atualização bianual, por meio de documento comprobatório de execução do plano apresentado no ato do cadastramento da empresa.

O texto contém ainda emenda do relator que substitui o Ministério do Trabalho e Emprego por “órgão competente do Poder Executivo” como responsável pelo cadastro das empresas.

### Próximos passos

A proposta segue agora para análise do Senado, a menos que haja recurso para que seja discutida e votada antes pelo Plenário da Câmara. Para virar lei, o texto precisa ser aprovado pela Câmara e pelo Senado.

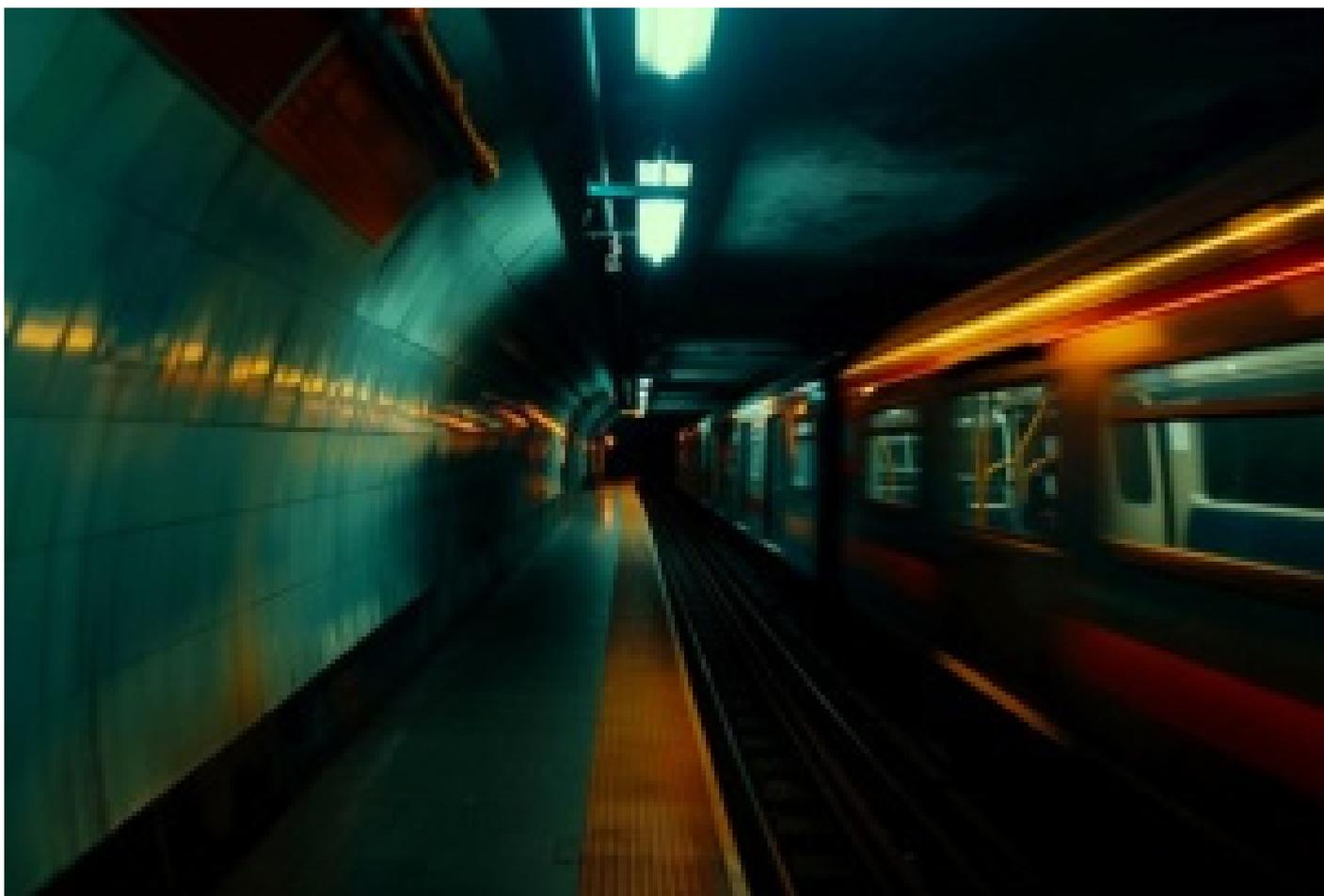
**Reportagem – Murilo Souza**

**Edição – Ana Chalub**

Fonte: Agência Câmara de Notícias

# Aposentadoria especial acarreta extinção de contrato de trabalho

**Conforme diz a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, a concessão da aposentadoria especial acarreta a extinção do contrato de trabalho por iniciativa do empregado. Assim, a 2ª Turma do TST rejeitou o recurso de um oficial de manutenção da Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô) que pretendia ser mantido no emprego mesmo depois de obter o benefício.**



**Trabalhador conseguiu benefício porque ficava exposto a mais de 250 volts de eletricidade no Metrô**

A aposentadoria especial é destinada a pessoas que trabalham em condições insalubres ou perigosas. Como estão expostas a riscos de doenças ou lesões, elas podem se aposentar com menos tempo de contribuição para o INSS.

Na reclamação trabalhista, o metroviário disse que conseguiu a aposentadoria especial em 2019, depois de comprovar que sua atividade,

até 2017, era considerada de risco elétrico.

Em outubro do ano seguinte, o Metrô começou a demitir todos os empregados na mesma situação, sem pagar todas as verbas rescisórias. Ao pedir a reintegração ou o pagamento das verbas devidas em caso de dispensa sem justa causa, o autor da ação alegou que poderia continuar trabalhando em outras funções, sem exposição ao risco.

O juízo de primeiro grau julgou improcedente o pedido. Sua sentença ressaltou que o INSS concedeu o benefício porque o trabalhador estava habitualmente exposto a eletricidade superior a 250 volts, conforme documento apresentado por ele próprio.

Considerando que o Metrô é uma sociedade de economia mista, com participação do Poder Executivo estadual, o juízo também concluiu que não era possível alterar a função do oficial para outra em que não houvesse risco sem aprovação em concurso público.

### **Pedido de demissão**

Ao manter a sentença, o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (Grande São Paulo e litoral paulista) explicou que o contrato de trabalho foi extinto por motivo alheio à vontade do empregador.

“Ao optar pela aposentadoria especial, o empregado manifestou, ainda que tacitamente, sua intenção de não mais continuar no emprego, o que se equipara ao pedido de demissão. O empregador não pode ser responsabilizado por fato que não deu causa”, concluiu a corte regional.

No recurso de revista ao TST, o trabalhador insistiu no argumento de que a lei prevê a

suspensão do benefício no caso de o empregado continuar a exercer atividade nociva à saúde, mas não determina a ruptura contratual.

Porém, a ministra Liana Chaib, relatora do recurso, ressaltou que a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1), órgão uniformizador da jurisprudência do TST, já consolidou o entendimento de que a concessão da aposentadoria especial acarreta a extinção do contrato de trabalho por iniciativa do empregado e, portanto, não gera direito à multa de 40% sobre o FGTS e ao aviso prévio indenizado.

Ainda segundo a magistrada, o Supremo Tribunal Federal validou o dispositivo que veda a continuidade do benefício se o trabalhador continua a atuar em atividade especial. “Tanto a tese firmada pela Suprema Corte quanto a jurisprudência do TST pretendem assegurar a saúde do empregado, evitando sua exposição a ambientes nocivos à saúde por longo período”, concluiu a ministra. A decisão foi unânime. Com informações da assessoria de comunicação do TST.

**Ag-AIRR 1000184-38.2021.5.02.0028**

Fonte: CONJUR

## **O MÊS ESTA ACABANDO, MAS O CUIDADO É PRA TODA VIDA**



# Grupo vai subsidiar políticas de enfrentamento de mortes no trabalho

**Medida está publicada no Diário Oficial da União desta sexta-feira**



Um grupo de trabalho foi criado nesta sexta-feira (23) para subsidiar o Ministério da Saúde de informações sobre casos de óbitos no Brasil relacionados ao trabalho, com o objetivo de enfrentar as condições que levam a esse tipo de morte. A medida está publicada no Diário Oficial da União.

De acordo com o documento, a criação do colegiado se baseou em números que chamam a atenção para índices altos de suicídio entre pessoas na idade produtiva, por exemplo. O texto traz como exemplo um recorte do Sistema de Informação sobre Mortalidade, de 2019, que registrou 13.520 casos de suicídio, em um total de 142.800 casos de óbitos por causas externas. Desses, 9.977 eram trabalhadores, o que representa 6,7 para cada 100 mil trabalhadores registrados pela Classificação Brasileira de Ocupações.

Segundo uma das conselheiras indicadas para integrar o grupo de trabalho, Altamira Simões de Sousa, a intenção é trabalhar com pesquisas

e analisar dados para compreender melhor a relação entre as mortes de trabalhadores e o ambiente em que eles trabalham. “Quando nos deparamos com dados sobre um acidente de trabalho, a gente já sabe que a causa da morte tem relação com aquele ambiente. Mas em muitos outros casos não é possível entender, por isso vamos ouvir também instituições que agrupam trabalhadores, como sindicatos e centrais, e trabalhar também com outras literaturas sobre o tema.”

Outro ponto destacado pela resolução é a necessidade de participação social no processo de elaboração e revisão das políticas de saúde. Dessa forma, o grupo de trabalho foi composto por dois membros usuários, um trabalhador, além de um gestor ou prestador de serviço do Sistema Único de Saúde. “O Conselho Nacional de Saúde é um espaço atento às questões da sociedade tanto na promoção da saúde, quanto nos instrumentos de adoecimento. Nesse trabalho buscaremos ampliar esse olhar em ambientes que vão além dos locais de saúde em busca de entender as especificidades de diferentes profissões e atender às demandas de trabalhadores e trabalhadoras”, explica Altamira.

Os quatro membros terão autonomia para definir o calendário de trabalho e planejar reuniões. Ao final das atividades, deverão apresentar os resultados, observando as diretrizes e propostas aprovadas pelas Conferências Nacionais de Saúde sobre o tema, além das recomendações e resoluções do Conselho Nacional de Saúde, que aprovará o relatório final. “Trabalhamos com um prazo regimental de seis meses, prorrogável pelo mesmo período, mas pela relevância e urgência do tema, trabalhamos para submeter esse material ao pleno, em um prazo que não extrapole sete meses”, conclui.

Fonte: MTE

# Mais cinco deputados se elegem para prefeito; incluindo o primeiro turno, foram 11 os eleitos

**Entre os eleitos, dois serão prefeitos de capitais: Cuiabá e Natal**



**Outros seis deputados disputavam o segundo turno, mas ficaram em segundo lugar**

Cinco deputados foram eleitos neste domingo (27) para ocupar o cargo de prefeito, incluindo em duas capitais: Abilio Brunini (PL), em Cuiabá (MT), e Paulinho Freire (União), em Natal (RN). Somando-se a outros seis que já tinham vencido no primeiro turno, 11 deputados conquistaram prefeituras neste ano. Nas eleições de 2020, oito deputados foram eleitos prefeitos, sendo que quatro em capitais.

Ao todo, eram 82 deputados candidatos nas eleições deste ano – 73 a prefeito, dois a vice-prefeito e 7 a vereador.

Outros seis deputados disputavam prefeituras em capitais neste domingo, mas acabaram em segundo lugar: André Fernandes (PL), em Fortaleza (CE); Capitão Alberto Neto (PL), em Manaus (AM); Delegado Éder Mauro (PL), em Belém (PA); Guilherme Boulos (Psol), em São Paulo (SP); Maria do Rosário (PT), em Porto Alegre (RS); e Natália Bonavides (PT), em Natal (RN).

## **Deputados eleitos no segundo turno:**

Abilio Brunini (PL) - Cuiabá (MT)

Paulinho Freire (União) - Natal (RN)

Márcio Correa (PL) - Anápolis (GO)

Naumi Amorim (PSD) - Caucaia (CE)

Ricardo Silva (PSD) - Ribeirão Preto (SP)

Deputados eleitos no primeiro turno:

Alberto Mourão (MDB) - Praia Grande (SP)

Carmen Zanotto (Cidadania) - Lages (SC)

Dr. Benjamim (União) - Açailândia (MA)

Gerlen Diniz (PP) - Sena Madureira (AC)

Hélio Leite (União) - Castanhal (PA)

Washington Quaquá (PT) - Maricá (RJ)

Reportagem - Francisco Brandão

Edição - Wilson Silveira

Fonte: Agência Câmara de Notícias

# CSP analisa projeto que reforça segurança em escolas públicas



**Ronda escolar em Mato Grosso do Sul: projeto obriga estados e municípios a adotarem medidas de segurança**  
**João Garrido/Governo MS**

A Comissão de Segurança Pública (CSP) vota na terça-feira (29) um projeto de lei que obriga estados, Distrito Federal e municípios a garantir a segurança em escolas públicas. A reunião está marcada para as 11h e tem outros três itens na pauta.

O PL 1.676/2023 foi proposto pelo senador Marcos do Val (Podemos-ES) e recebeu relatório favorável do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ). De acordo com o texto, o poder público, em articulação com as forças de segurança e com apoio técnico e financeiro da União, deve assegurar “a incolumidade das comunidades escolares das instituições e estabelecimentos vinculados aos respectivos sistemas de ensino”.

A prioridade é para “estabelecimentos considerados inseguros ou localizados em áreas de risco”. Segundo a proposição, as soluções de segurança podem incluir sistemas de controle de acesso de pessoas e objetos na entrada das escolas e sistemas de alarme conectados com unidade de força de segurança externa, por exemplo.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Anibal Bispo

A CSP também pode votar o PL 16/2024, que cria o Livro Nacional do Mérito na Segurança Pública. O texto do ex-senador Flávio Dino (MA) recebeu relatório favorável do senador Sérgio Petecão (PSD-AC), presidente da comissão. No Livro, devem ser inscritos nomes de policiais, bombeiros e outros agentes que tenham prestado serviços relevantes ao país em suas atividades.

Outro item na pauta é o PL 4.805/2020, que estabelece medidas mais eficientes de proteção a testemunhas que denunciem atos ilegais de interesse público. O projeto do senador Alessandro Vieira (MDB-SE) tem relatório favorável do senador Sergio Moro (União-PR).

De acordo com a proposição, a reserva da identidade pode ser usada por testemunhas ou denunciadores de atos ilícitos de natureza cível ou criminal que possam ter a integridade física ameaçada. O sigilo pode ser aplicado à identidade, ao paradeiro e a outros dados pessoais das testemunhas.

Os senadores podem votar ainda o Projeto de Resolução (PRS) 23/2024, que institui a Frente Parlamentar de Defesa da Polícia Penal. A matéria, sugerida pela senadora Professora Dorinha Seabra (União-TO), tem relatório favorável de Sergio Moro.

**Fonte: Agência Senado**

www.cntv.org.br  
cntv@terra.com.br  
(61) 3224-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,  
Térreo, lojas 09-11  
73300-000 Brasília-DF